



## Oposição entra com representação no Supremo contra Regime Diferenciado de Contratações

Os partidos de oposição – PSDB, DEM e PPS – entraram nessa quinta-feira (25) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), criado por meio da Medida Provisória 527/10. O sistema afrouxa as regras de licitações para obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Segundo o documento, o texto não observou os pressupostos constitucionais de urgência e relevância.

A representação é assinada pelos presidentes do PSDB, deputado **Sérgio Guerra (PE)**, do PPS, deputado Roberto Freire (SP), e do DEM, senador Agripino Maia (RN).

Inicialmente, ressaltam as legendas, a MP previa apenas a criação da Secretaria de Aviação Civil (SAC). Durante o processo de votação, a base aliada inseriu emenda com a flexibilização das normas de licitações, incorporando assunto não relacionado ao objeto principal da matéria, manobra conhecida como contrabando.

Ao destacar que a emenda apresentada pelos parlamentares é um instrumento legítimo, as siglas, no

entanto, lembram que ela não deve conter conteúdo estranho à proposição normativa. “Não foi a primeira vez que a Presidência da República, em consórcio com a maioria governista no Congresso Nacional, lançou mão desse artifício”, afirma a ação.

Em outro trecho, os partidos destacam que o Executivo tem usado o expediente da medida provisória para legislar, “em flagrante desrespeito à Constituição”. Para corrigir a anomalia, o Senado aprovou recentemente uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do senador **Aécio Neves (MG)** que prevê a mudança na tramitação das MPs.

A admissão de emendas com assuntos estranhos impede discussões públicas amplas e afasta a possibilidade de inclusão de novos trechos. O Congresso, diz a Adin, não pode se desviar dos temas normatizados originalmente pelo presidente, “sob pena de produzir alteração inconstitucional na proposição”. O RDC não está de acordo com os princípios da eficiência, moralidade e publicidade.



### A ADIN CONSIDERA INCONSTITUCIONAL:

- Sigilo do custo das obras.
- Contratação integrada.
- Permissão de remuneração variável para construções e serviços públicos.
- Dispensa de publicação em diário oficial.

## PSDB pedirá ao Ministério Público que investigue Gleisi Hoffmann

O PSDB vai protocolar na próxima semana representação na Procuradoria Geral da República contra a chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. O pedido foi motivado por denúncia de que a ministra teria recebido indevidamente R\$ 41 mil ao transformar sua “exoneração a pedido” em demissão, em 2006, quando ocupava o cargo de diretora financeira de Itaipu. A manobra permitiu que ela, além do recebimento de férias proporcionais, resgatasse os 40% de indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Para o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, a petista se beneficiou do pagamento de indenização que não lhe era devida, ato que pode configurar improbidade administrativa e peculato. “Como diretora financeira, ela pagou a si própria. Isso precisa ser investigado.”

Em uma semana, essa é a segunda denúncia contra Gleisi, acusada ainda de usar jatinho de empreiteira que tem contrato com o governo durante a campanha eleito-

ral de 2010. Na avaliação dos deputados **Carlos Roberto (SP)** e **César Colnago (ES)**, ela precisa quebrar o silêncio.

“Como agente público, ela não deve deixar dúvida alguma no ar e precisa se explicar publicamente”, defendeu Carlos Roberto. O tucano afirma que o PSDB já discute a possibilidade de cobrar de Gleisi explicações no Congresso. Na quarta-feira (24), Nogueira avisou que enviaria requerimento de informação à ministra sobre seus gastos com tráfego aéreo em 2010.

Carlos Roberto acredita que as acusações são apenas “a ponta do iceberg” da corrupção. “Isso é só o que estamos vendo e lendo, imaginemos então como funciona essa ‘máquina’ dirigida pelo PT.”

Para Colnago, a atitude de Gleisi ao deixar Itaipu não foi condizente com a conduta ética esperada de alguém com a função que ela tinha. “Isso mostra que o modus operandi petista não tem limites. São pessoas que se aproveitam de tudo que podem em interesse próprio. Esse comportamento não combina com pessoas em funções públicas”, reprovou.



## Negromonte precisa se explicar por uso de verba indenizatória para pagar despesa de campanha

Depois de ter sido denunciado por oferecer pagamento de R\$ 30 mil a parlamentares em troca de apoio político, o ministro das Cidades, Mário Negromonte, é acusado de usar verba da Câmara para ressarcir despesas com empresa de táxi aéreo realizadas durante a campanha. Reportagem de "O Estado de S. Paulo" revela que, três dias após as eleições de 2010, o ministro, na época deputado federal, pagou a conta com dinheiro da Casa. Ostucanos **Rui Palmeira (AL)** e **Raimundo Gomes de Matos (CE)** lamentaram mais um escândalo no governo Dilma e afirmaram que a oposição vai continuar fiscalizando.

Para Gomes de Matos, é preciso que a Comissão de Ética apure o caso. "A corrupção e a má utilização dos recursos públicos se generalizaram. Quando vemos deputados aplicando mal a verba indenizatória temos que fazer com que o colegiado possa apurar. Se Negromonte efetuou esse pagamento, não há outra alternativa a não ser convocá-lo para prestar os esclarecimentos", disse.

### R\$ 52 mil

É quanto o ministro Negromonte teria pago a duas empresas de táxi aéreo com verba da Câmara em outubro de 2010.

No dia 6 de outubro de 2010, a Aero Star Táxi Aéreo Ltda. emitiu dois recibos, um de R\$ 18,3 mil e outro de R\$ 8.850, para o ministro. Ele entregou as notas à Câmara para comprovar a despesa e repassou R\$ 27 mil de verba indenizatória à companhia. A Abaeté Aerotáxi recebeu mais R\$ 25 mil da Casa a pedido de Negromonte. As duas empresas têm sede na Bahia, reduto eleitoral do ministro.

"Infelizmente esse é mais um escândalo no governo Dilma, que começou falando que iria fazer faxina, mas que na verdade é uma fachada, pois ela só fez limpeza em um pedaço", disse Palmeira. "O grande problema da presidente é com sua própria base aliada. Todo dia tem crise", acrescentou.

Os tucanos defenderam a instalação da CPI da Corrupção. "É importante criar essa CPI, mas é preciso dar prazo e estabelecer critérios", ressaltou Gomes de Matos. "Os motivos para que haja a investigação crescem a cada dia", completou Palmeira.



## Alta taxa de juros corrói o salário do trabalhador brasileiro, condenam tucanos

Com as altas taxas de juros cobradas pelos bancos, é impossível imaginar que a economia do país funcione normalmente, na avaliação dos deputados **Valdivino de Oliveira (GO)** e **Ricardo Tripoli (SP)**. Os excessos penalizam sobretudo o trabalhador que usa cheque especial, cartão de crédito e empréstimos.

Reportagem do jornal "O Globo" informa que os juros do cheque especial atingiram em julho o maior patamar em 12 anos: 188% anuais. Os bancos alegam que a elevação é puxada pelo aumento da inadimplência, que chegou a 6,6% nos últimos meses. Para Valdivino de Oliveira, é preciso normatizar o sistema financeiro responsável pela cobrança. "O governo erra deixando livre a fixação dessas taxas pelo mercado. O Banco Central deveria impor limites. E o Executivo não cuida

de definir até que ponto os bancos podem cobrar juros e até quanto o consumidor pode estar sujeito a esse abuso", afirmou.

Tripoli ressaltou que os valores cobrados pelas instituições são um despropósito. Segundo o tucano, essa política equivocada atinge os cidadãos que utilizam os serviços bancários. "Há uma inanição da administração federal. A alta dos juros está comendo o custo do trabalhador pelas pernas, porque 188% é extremamente alto. E isso cria um impacto muito grande no ganho, principalmente do assalariado. Só se beneficia quem trabalha no setor financeiro", reprovou. O Banco Central informa que, no mês de julho, quando a Selic foi elevada pela quinta vez consecutiva, os juros do cheque especial subiram 3,3 pontos percentuais.



**"A alta dos juros está comendo o custo do trabalhador pelas pernas, porque 188% é extremamente alto. E isso cria um impacto muito grande no ganho."**

■ Deputado Ricardo Tripoli (SP)

### Leia também em nosso blog:

- Nova política industrial não garante sequer a anunciada desoneração da folha
- Congresso aprova crédito suplementar para Bolsa Família e outras propostas
- Anteprojeto que altera sistema eleitoral emperra avanço de reforma, avaliam deputados
- Francischini promete isenção no processo de cassação de Valdemar Costa Neto
- Kaefer apoia luta contra discriminações de deficientes físicos
- Nishimori é indicado como membro do Parlasul
- Andreia Zito quer suspender portaria que impede concursos
- Formação de pilotos deve ser uma ação de Estado, destaca Otavio Leite
- Direto do Twitter, com os deputados Antonio Carlos Mendes Thame (SP), Rogério Marinho (RN), William Dib (SP), Andreia Zito (RJ) e Marcus Pestana (MG)
- Direto do Plenário, com os deputados Duarte Nogueira (SP) e Romero Rodrigues (PB)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 